

Índice

I. Tabela de Notas

Testamento Público Aspectos Teóricos e Práticos _____	43
1. Introdução _____	44
2. Testamento – Noções Gerais _____	45
3. Testamento Vital _____	51
4. Testamento Público _____	54
5. Conclusão _____	63
6. Bibliografia _____	64
O Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva por Escritura Pública _____	67
Poliafetividade e Poliamor Novas Formações Afetivas e a Família Pós-Moderna _____	85
1. Introdução _____	87
2. Família: O Que Foi. O Que É. O Que Será _____	88
2.1. Da Família Patriarcal à Família Afetiva _____	88
2.2. Constitucionalização do Direito de Família e a Principiologia da Liberdade e do Afeto _____	91
2.3. Intervenção Mínima do Estado nas Relações Familiares _____	93
3. União Estável e Suas Formações _____	96
3.1. União Estável é Gênero Constituído de Múltiplas Espécies _____	98
3.2. Família Poliafetiva: O Nome e a Coisa _____	101
3.3. POLIAMOR versus POLIAFETO _____	104

Índice	27
--------	----

3.3.1. Relação de poliamor: _____	105
3.3.2. Relação poliafetiva: _____	106
3.4. Eudemonismo e o Princípio da Felicidade na Formação das Famílias _____	106
4. Escritura Pública de União Estável Poliafetiva: Terminologia _____	109
4.1. Conversão em Casamento e Dissolução de Uniões Estáveis Poliafetivas _____	113
5. Conclusão _____	115
6. Bibliografia _____	117

Escrituras Públicas de Transmissão de Imóveis _____ 127

1. Disposições comuns a todas as escrituras públicas de transmissão de imóveis: _____ 128

1.1. Requisitos gerais: _____	129
1.1.1. Dia, mês, ano e local em que a escritura foi lavrada, lida e assinada: _____	129
1.2. Qualificação das partes: _____	130

2. Qualificação notarial da natureza do negócio jurídico pretendido: _____ 132

2.1. Transmissões de imóveis a título oneroso: _____	133
2.1.1. Compra e venda: _____	134
2.1.1.1. Direitos de preferência: _____	135
2.1.2. Troca ou permuta: _____	136
2.1.3. Dação em pagamento: _____	137
2.1.4. Transferência de imóvel a sociedade, para integralização de cota social: _____	137
2.2. Divisão de imóveis particulares: _____	140
2.3. Desapropriação amigável: _____	141
2.4. Transmissões a título gratuito: _____	142

3. Transmissão de imóveis rurais: _____ 143

3.1. Compra e venda de fração ideal de imóvel rural: _____	144
3.2. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro: _____	145
4. Bibliografia _____	147
A Pedra Angular da Atividade Notarial e Registral _____	151
1. A independência profissional de notários e registradores _____	154
2. A fé-pública como instrumento da independência profissional _____	156
3. A qualificação notarial e registral _____	159
4. O juízo prudencial _____	162
5. Semelhanças e diferenças da atividade dos magistrados e a dos notários e registradores _____	163
6. Os riscos da ausência de liberdade na atuação do profissional de notas e registros _____	166
7. Os limites e as limitações ao exercício da independência profissional _____	167
8. Bibliografia _____	177

II. Tabela de Protestos

Recentes alterações normativas do protesto notarial: apresentação e qualificação _____	183
1. Considerações iniciais _____	184
2. Apresentação a protesto e qualificação notarial _____	187
3. Bibliografia _____	198

Recentes alterações normativas do protesto notarial: procedimento da apresentação ao protesto _____ **201**

1. Apresentação	203
1.1. Local da apresentação	206
2. Distribuição	208
3. Protocolização	209
4. Prazo	210
5. Qualificação	211
6. Intimação	211
7. Desistência	217
8. Sustação Judicial	218
9. Pagamento	221
10. Protesto	223
11. Bibliografia	227
12. Procedimento Esquematizado	229

Recentes alterações normativas do protesto notarial: averbações e publicidade _____ **231**

1. Averbações de retificação.	232
1.1. Retificações de erros materiais.	232
1.2. Retificações de erros substanciais.	233
2. Cancelamento de protesto.	234
2.1. Requerimento de cancelamento	235
2.2. Motivos do cancelamento.	235

2.2.1. Cancelamento fundado no pagamento _____	235
2.2.1.1. Desnecessidade da apresentação dos atos constitutivos: _____	238
2.2.2. Cancelamento com fundamento no artigo 890, §2º, do Código de Processo Civil: _____	238
2.2.3. Cancelamento judicial: _____	239
2.2.3.1. Fungibilidade das medidas _____	240
2.2.4. Cancelamento para fins de renovação do ato notarial: _____	240
2.3. Cancelamento em protesto eletrônico: _____	241
3. Das Informações e Certidões. _____	241
3.1. Informações e Certidões do livro protocolo _____	241
3.2. Certidões e informações de protesto _____	242
3.3. Certidões de protesto cancelado ou com suspensão de efeitos averbada _____	243
3.4. Certidões em forma de relação _____	244
4. Relevância econômica das informações do protesto. _____	244
5. Bibliografia _____	245

III. Registro de Imóveis

A Titulação dos Ocupantes na Regularização Fundiária _____	251
1. Introdução _____	252
2. Mecanismos de Regularização Fundiária _____	255
3. Regularização Fundiária – O novo sistema criado pela Lei nº 11.977/2009 _____	256
4. A Titulação dos Ocupantes na Lei nº 11.977/2009 _____	260

Índice	31
5. Conclusão	278
6. Bibliografia	280
Bens públicos e o Registro de Imóveis	285
1. Introdução.	286
2. Notícia Histórica dos Bens Públicos no Direito Brasileiro.	287
3. Conceito de bens públicos.	288
4. Classificação dos bens públicos.	290
4.1. Quanto a titularidade	290
4.1.1. Bem Federal. O artigo 20 da CF elencará exemplificativamente quais são os bens pertencentes à União, in verbis:	290
4.1.2. Bem Estadual. O artigo 26 da Constituição Federal, igualmente traz um rol exemplificativo.	291
4.1.3. Bem Distrital. O artigo 26 da constituição igualmente traz um rol exemplificativo.	291
4.1.4. Bem Municipal. Não há uma lista de bens municipais.	291
4.2. Quanto à destinação.	291
4.2.1. Bens de uso comum do povo.	292
4.2.2. Bens de uso especial.	293
4.2.3. Bens dominicais.	293
5. Regime jurídico.	295
5.1. Inalienabilidade.	295
5.1.1. Afetação e Desafetação.	296
5.1.2. Requisitos para a alienação.	297
5.1.3. Não onerabilidade.	298
5.2. Imprescritibilidade.	298

5.3. Impenhorabilidade. _____	299
6. Aquisição dos bens imóveis pelo Estado. _____	300
7. Os bens públicos junto ao Registro de Imóveis. _____	302
7.1. Registro dos bens públicos de uso comum do povo. _____	303
7.2. Registro dos bens públicos de uso especial. _____	305
7.3. Registro dos bens públicos dominicais. _____	306
8. Publicizando a aquisição imobiliária pelo Poder Público. _____	308
9. Conclusões _____	310
10. Bibliografia. _____	312

Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural: Repercussões Perante o Registro Imobiliário _____ 315

1. Introdução _____	316
2. A Reserva Legal, seu regime de utilização e o Cadastro Ambiental Rural	316
3. A averbação da Reserva Legal e seus efeitos _____	320
4. A averbação da inscrição no CAR e seus efeitos _____	323
5. Aspectos práticos dos procedimentos de averbação _____	325
6. Conclusões _____	327
7. Bibliografia _____	328

IV. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos

Breves Considerações Acerca das Mais Recentes Alterações nas Normas de Serviço da Egrégia Corregedor _____ **333****1. Introdução** _____ **334****2. Das alterações ocorridas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cap. XVIII)** _____ **335****2.1. Das alterações relativas à escrituração** _____ **335**

2.1.1. Das alterações relativas às sociedades _____ 336

2.1.2. Das alterações relativas às associações e fundações _____ 336

2.1.3. Das alterações relativas às cooperativas _____ 336

2.1.4. Da inserção das empresas individuais de responsabilidade limitada _____ 337

2.1.5. Do registro das sociedades simples e suas exceções _____ 338

2.1.6. Da possibilidade de registro de revistas _____ 338

2.1.7. Do fornecimento de certidão de atos arquivados _____ 338

2.1.8. Do registro e autenticação de livros de pessoas jurídicas _____ 339

2.1.9. Do visto do advogado _____ 339

2.1.10. Dos requisitos para o registro de fundações _____ 340

2.1.11. Do nome/denominação da pessoa jurídica _____ 340

2.2. Das alterações relativas à Pessoa Jurídica _____ **341**

2.2.1. Da apresentação dos atos para registro _____ 341

2.2.2. Das averbações _____ 342

2.2.3. Do registro dos atos constitutivos e suas alterações nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões _____ 343

2.2.4. Da transferência de sede da pessoa jurídica _____ 344

2.2.5. Das publicações da imprensa _____ 344

2.2.6. Do Registro de Jornais; Oficinas impressoras; Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias _____ 344

3. Das alterações ocorridas no Registro de Títulos e Documentos (Cap. XIX)	345
3.1. Da definição e dos princípios da atividade	345
3.2. Das alterações de atribuições do RTD	345
3.2.1. Da competência supletiva e do registro para conservação	345
3.2.2. Da supressão de competência para o registro de penhor de animais	348
3.2.3. Da alienação fiduciária de bens móveis	348
3.2.4. Da forma de apresentação, do prazo e da necessidade (ou não) de reconhecimento de firma do documento para registro	348
3.2.5. Da distribuição de títulos e documentos	349
3.3. Da escrituração no RTD	350
3.3.1. Do Indicador Real	350
3.4. Do registro de documentos que envolvam fundações	350
3.5. Das Notificações Extrajudiciais	351
3.6. Dos Documentos de Procedência Estrangeira	353
4. Da Conclusão	354

V. Registro Civil das Pessoas Naturais

A União Estável e o Registro Civil das Pessoas Naturais	359
1. Introdução	360
2. União Estável	361
2.1. Conceito	361
2.2. Natureza Jurídica	362

Índice	35
2.3. Elementos Caracterizadores	363
3. Efeitos da União Estável	364
3.1. Efeitos Pessoais	364
3.2. Efeitos Patrimoniais	366
4. A União Estável e os Registros Públicos	373
4.1. Registro da União Estável no Registro Civil das Pessoas Naturais	375
4.1.1. O Registro da União Estável no Livro "E"	375
5. Conclusão	378
6. Referências	379
A Filiação Matrimonial e Suas Presunções	383
1. Introdução	384
2. Nascimento: conceitos introdutórios	384
3. Filiação e o Direito de Família: Evolução histórica	386
4. O Direito à Filiação como Conteúdo do Princípio do Melhor interesse da criança.	390
5. Conceito, Origem e Classificação da Filiação	393
6. Filiação Matrimonial e suas Presunções	396
6.1. O Sistema das Presunções no Brasil	398
6.2. As Presunções do art. 1.597 do Código Civil são absolutas ou relativas?	402
7. O Sistema das Presunções e o Registro de Nascimento	403
8. Considerações Finais	407
9. Referências Bibliográficas	408

Registro Civil das Pessoas Naturais e a Publicidade do Estado da Pessoa Natural	413
1. O Registro Civil das Pessoas Naturais	414
1.1. Atos do Registro Civil das Pessoas Naturais.	414
2. Estado da Pessoa Natural	418
2.1. Publicidade do Estado da Pessoa Natural	419
2.1.1. Estado Político	421
2.1.2. Estado Individual	425
2.1.3. Estado Familiar	429
3. Considerações Finais:	431
4. Bibliografia	433

VI. A Visão do Direito Notarial e Registral por Outros Profissionais do Direito

Breves linhas sobre a tributação no direito sucessório	439
1. Introdução.	440
2. O imposto causa mortis.	441
2.1. Competência e limites constitucionais.	441
2.2. O imposto de transmissão na Lei Complementar.	442
2.3. Normas Gerais previstas no CTN.	444
3. Progressividade.	447
4. Casuística.	448

5. A incidência de outros tributos no âmbito de uma sucessão. _____	448
6. Declaração de Imposto de Renda final de Espólio e apuração de ganho de capital. _____	450
7. Conclusões. _____	453
8. Referências bibliográficas. _____	454

Discriminação em razão de deficiência (art. 88 da Lei 13.146/15) ____ 457

1. Introdução _____	458
2. Tipificação da discriminação em razão de deficiência (art. 88 da Lei 13.146/15): diferenças em relação aos crimes de preconceito e discriminação da Lei 7.716/89 _____	459
3. Problemática _____	461
4. Compatibilidade vertical do tipo penal de discriminação em razão de deficiência com o princípio da legalidade _____	463
5. Princípio da lesividade como excludente da tipicidade material _____	465
6. Considerações finais _____	472
7. Referências _____	473

Usucapião extrajudicial _____ 477

1. Introdução _____	478
2. A relação entre Posse e Propriedade na Gênese do Registro Imobiliário. _____	479
2.1. Posse e Propriedade. _____	479
2.1.1. Visão Geral. _____	479
2.1.1.1. A propriedade como direito subjetivo. _____	479

2.1.1.2. Aquisição da propriedade imóvel	481
2.1.1.3. A posse como aparência de propriedade	482
2.1.2. Princípios constitucionais que regem a relação proprietária	484
2.1.2.1. Dignidade da pessoa humana	484
2.1.2.2. Funcionalização da propriedade	484
2.2. O Registro imobiliário no Brasil	486
2.2.1. Raízes do Registro de Imóveis brasileiro	486
2.2.2. Registro do vigário	487
3. A Usucapião	489
3.1. Introdução	489
3.2. Conceito	489
3.3. Usucapião: um instituto adaptável	490
3.3.1. O direito romano e a usucapião como mecanismo sancionatório	490
3.3.2. A usucapião como instituto multifacetário: suas diversas espécies no ordenamento pátrio	490
3.3.3. O Programa Minha Casa minha Vida e a usucapião como política fundiária.	493
4. Usucapião Administrativa no novo CPC	494
4.1. Ontologia do NCCP	494
4.1.1. Valorização da celeridade e eficiência	494
4.1.2. Desjudicialização	494
5. Procedimento de Usucapião administrativa	495
5.1. Mudanças frente ao CPC/73.	495
5.2. A Sistemática Processual	496
5.3. Visão geral do procedimento	497
5.3.1. Introdução	497

5.3.2. Partes _____	497
5.3.3. Requisitos _____	499
5.3.3.1. Ofício competente. _____	499
5.3.3.2. Pedido _____	499
5.3.3.3. Ata notarial _____	499
5.3.3.4. Planta e memorial descritivo _____	500
5.3.3.5. Certidões negativas _____	500
5.3.3.6. Justo título _____	502
5.3.4. Procedimento _____	503
5.3.4.1. Prenotação _____	503
5.3.4.2. Qualificação registral _____	503
5.3.4.2.1. Qualificação registral preliminar _____	503
5.3.4.2.2. Qualificação registral definitiva _____	505
5.3.4.3. Registro _____	506
6. Conclusão _____	507
7. Bibliografia _____	507